

**XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB****ISSN 2177-3688****GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades****DIMENSÃO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO DE GÊNERO E FEMINISMOS: UM APROFUNDAMENTO NECESSÁRIO*****DIMENSION OF CRITICAL INFORMATION LITERACY OF GENDER AND FEMINISMS: A NECESSARY DEVELOPMENT*****Anna Cristina Brisola. IBICT. UFRJ.****Carla Maria Martellote Viola. IBICT. UFRJ.****Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** No campo da Ciência da Informação, os estudos sobre Competência Crítica em Informação vêm sendo desenvolvidos desde 2015. A construção em níveis, anteriormente abordada, foi trazida sob nova perspectiva em dez dimensões por Anna Brisola, em sua tese de doutorado, em 2021. A nona dimensão, que trata de gênero e feminismos, possibilita a ampliação do debate sobre informação, competência, teorias críticas e gênero. Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa é aprofundar os debates sobre Competência Crítica em Informação, com foco nas teorias feministas e nas questões de gênero e feminismos. A metodologia é descritiva-exploratória, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica de abordagem qualitativa, por expor reflexões teóricas sobre Competência Crítica, teorias críticas e teorias críticas de gênero e feminismos. Os resultados registram que as mulheres questionam as relações de poder, se empoderam nos seus lugares de sujeitas e não de subalternas, através do pensamento, conhecimento e comportamento críticos, se colocando em posição de luta e resistência, a partir da criticidade e da informação. Conclui que através do pensamento crítico, do desenvolvimento da percepção de gênero e feminismos, da nona dimensão, a relação com a informação se transforma, transformando também as atitudes e as demandas por mais informação e desenvolvimento humano. Assim é que as mulheres, vítimas da opressão, têm, através do aprimoramento da Competência Crítica em Informação, o reconhecimento do seu lugar no mundo, promovendo o empoderamento de seus grupos e fortalecendo suas lutas.

**Palavras-Chave:** Competência Crítica em Informação. Nona Dimensão da Competência Crítica em Informação. Gênero. Feminismos.

**Abstract:** In the field of Information Science, studies on Critical Information Literacy have been developed since 2015. The construction in levels, previously discussed, was brought under a new perspective in ten dimensions by Anna Brisola, in her doctoral thesis, in 2021. The ninth dimension, which deals with gender and feminisms, makes it possible to broaden the debate on information, literacy, critical theories and gender. Therefore, the general objective of this research is to deepen the debates on Critical Information Literacy, focusing on feminist theories and gender and feminism issues. The methodology is descriptive-exploratory, as for the technical procedures, the research is bibliographic with a qualitative approach, for exposing theoretical reflections on Critical Literacy, critical theories and critical theories of gender and feminisms. The results record that women question power relations, empower themselves in their places of subjects and not subordinates, through critical



thinking, knowledge and behavior, putting themselves in a position of struggle and resistance, based on criticality and information. It concludes that through critical thinking, the development of the perception of gender and feminisms, from the ninth dimension, the relationship with information is transformed, also transforming attitudes and demands for more information and human development. This is how women, victims of oppression, have, through the improvement of Critical Information Literacy, the recognition of their place in the world, promoting the empowerment of their groups and strengthening their struggles.

**Keywords:** Critical Information Literacy. Ninth Dimension of Critical Information Literacy. Gender and Feminism.

## 1 INTRODUÇÃO

A Competência Crítica em Informação (CCI) vem sendo amplamente estudada no Brasil e tratada por vários autores no campo da Ciência da Informação (CI), desde 2015. No XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), que é o principal evento de pesquisa e de pós-graduação da área de Ciência da Informação no Brasil, Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017) apresentaram 5 (cinco) níveis da CCI, posteriormente esses mesmos níveis foram ampliados em outros estudos, para 7 (sete) por Schneider (2019), para 8 (oito) por Bastos (2020) e para 10 (dez) por Anna Brisola (2021), em sua tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse estudo, a Competência Crítica em Informação não mais se apresenta particionada em níveis, e sim em dimensões. O termo dimensão estava de acordo com a pretensão de Brisola (2021) em demonstrar as várias grandezas de uma grande potência que é a Competência Crítica em Informação. As dimensões atendiam a seguinte ordem: (1) Concentração ou suspensão da cotidianidade; (2) Competência instrumental; (3) Reflexão sobre as necessidades/gostos informacionais; (4) Atitude questionadora diante da informação em si/relevância; (5) Atitude questionadora diante das fontes de informação/credibilidade; (6) Estudo da ética em informação na acepção profunda do termo; (7) Conhecimento das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação; (8) Política de engajamento; (9) Gênero, feminismo, sexualidade e (10) Relações étnico-raciais (BRISOLA, 2021).

Os níveis assinalados por esses autores refletem estudos aprofundados sobre o tema da CCI, mas somente Brisola (2021) traz a nova abordagem para o debate com a ideia de dimensões.

Neste enquadramento, e delimitando o *corpus* do estudo para o interesse desta pesquisa, questiona-se: Como a nona dimensão, que aborda a questão gênero e feminismo



na Competência Crítica em Informação, pode contribuir para a luta e resistência das mulheres? Em busca de respostas, o objetivo geral desta pesquisa é aprofundar os debates da Competência Crítica em Informação, com foco nas teorias feministas e nas questões de gênero e feminismos.

A pesquisa se justifica pela necessidade de se abordar as questões de gênero e feminismos que tangenciam a Competência Crítica em Informação, a fim de colaborar contra as opressões hegemônicas do patriarcado branco, cisgênero e burguês, que se perpetua. Essa dominação firmada na classe e alicerçada pelo patriarcado, promove o apagamento duplo das mulheres.

Adota-se como metodologia a natureza descritiva-exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, por expor reflexões teóricas sobre Competência Crítica, teorias críticas e teorias críticas de gênero e feminismos. Quanto à abordagem, o estudo é qualitativo em razão da apreciação dos achados, resultando em um juízo crítico da situação de gênero e feminismos, a partir dos fundamentos da Competência Crítica em Informação. Atenta-se para os fundamentos da Ciência da Informação (CI) aplicados neste estudo, um campo voltado “[...] para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação” (SARACEVIC, 1996, p. 47).

A partir de tais conjecturas, segue-se com os postulados sobre a nona dimensão da Competência Crítica em Informação, com foco em gênero e feminismos.

## **2 DESTRINCHANDO A DIMENSÃO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COM FOCO EM GÊNERO E FEMINISMOS**

As pesquisas de gênero no Brasil, no campo da Ciência da Informação, têm Gilda Olinto como referência com sua tese de doutorado (1993) “Reprodução de classe e produção de gênero através da Cultura”. Mais recentemente o selo Nyota, inaugurado em 2018, é lançado com uma proposta militante que se evidencia na sua própria descrição:

Este Selo visa disseminar e visibilizar conhecimentos e pesquisas produzidas por mulheres, negros/as, indígenas e população LGBTQIA+ que possuam como interesse principal divulgar suas pesquisas, descobertas científicas e experiências profissionais para a comunidade em geral (SILVA; ROMEIRO, 2021).



Esta realidade aponta para a necessidade de estudos que discutam a questão da Competência Crítica em Informação diante dos novos sistemas informacionais, impreterivelmente considerando as interseccionalidades<sup>1</sup>

Ainda que as questões de gênero tenham sido abordadas nos níveis pelos autores anteriores e estejam submetidas e interligadas às questões sociais, históricas, culturais, políticas, econômicas e associadas diretamente à opressão, a nona dimensão proposta por Brisola (2021), ainda não estava destacada na CCI com sua devida complexidade, e sim, apenas sob os olhos da Teoria Crítica tradicional, que não costuma sublinhar as perspectivas da competência e da informação, que possuem particularidades muito além das questões de classe.

Ainda que os fundadores da Teoria Crítica, homens brancos, europeus, abordem o preconceito impresso às mulheres, enraizado na dominação patriarcal, como na citação abaixo, este não é o foco deles.

Os conceitos filosóficos nos quais Platão e Aristóteles expõem o mundo, exigiram, com sua pretensão de validade universal, as relações por eles fundamentadas como a verdadeira e efetiva realidade. Esses conceitos provêm, como diz Vico, da praça do mercado de Atenas. Eles refletem com a mesma pureza das leis da física a igualdade dos cidadãos plenos e a inferioridade das mulheres, das crianças e dos escravos. A própria linguagem conferia ao que era dito, isto é, às relações da dominação, aquela universalidade que ela tinha assumido como veículo de uma sociedade civil. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.14).

O Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt contou com pesquisadoras mulheres como Olga Lang, Käthe Leichter, Monika Pressle e Gretel Adorno (que colaborou com algumas escritas do marido), contudo sem o devido reconhecimento, como de costume na época. Não faltavam exemplos ressonantes de autoras mulheres críticas e engajadas, na própria Berlin, como Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin (TORRE, 2020). Angela Davis, aluna de Adorno, autora fundamental da Teoria Crítica Feminista, traçou seu caminho sem o devido reconhecimento e suporte do instituto.

Este padrão se repete muitas e muitas vezes na história, em várias partes do mundo e até hoje, apagando ou diminuindo as mulheres. Foram as lutas feministas que colocaram em

---

<sup>1</sup> Estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação e/ou discriminação.



xeque a naturalização das opressões e exclusões de gênero a que as mulheres estiveram submetidas ao longo da história mundial e que se perpetuam até nossos dias.

Obviamente, a questão de classe também se impõem sobre as mulheres, contudo não representa, sozinha, as questões deste grupo, no qual as opressões são distintas conforme se acumulam. É o caso da interseccionalidade que estuda as sobreposições e consequências da interação entre as múltiplas formas de dominação e subordinação ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação, relacionadas não apenas ao gênero, mas também, conforme destaca Brisola (2021) de sexualidades, raça e etnias.

Entre as mulheres, nas primeiras lutas feministas, já havia distinções entre os pleitos das mulheres predominantemente intelectuais, brancas e da burguesia, que queriam independência dos homens no que dizia respeito ao casamento, voto, trabalho, estudos e finanças, e das mulheres da classe trabalhadora, que contribuem com o sustento de suas famílias com seu salário. Estas recebiam menos, não tinham ingerência sobre o dinheiro, filhos e propriedades, as quais pertenciam ao homem-marido-pai. Quando se separavam ou eram rejeitadas pelos maridos, a guarda dos filhos ficava com o pai-proprietário. Cada grupo lutava por questões distintas (COLLING, 2000; SERRO, 2010). Além das distinções relacionadas às raças e etnias que muitas vezes sequer eram consideradas no movimento feminista.

Embora a divisão de classe afetasse a vida dessas mulheres, a opressão se impunha a ambos os grupos. A mulher burguesa estava sujeita às determinações patriarcais, mesmo em seu suposto conforto de classe, e a mulher proletária e pobre acumulava opressões de gênero e classe, além de étnicas e de raça. A mulher pobre, negra, periférica, homoafetiva e transgênero, acumula opressões, discriminações e violências que nem minimamente recaem sobre um homem, branco, cisgênero, heterossexual, de classe média alta e morador de bairro nobre (COLLING, 2000; SERRO, 2010).

Neste enquadramento, defende-se que não existe possibilidade de reduzir todas as opressões apenas à de classe. As particularidades e camadas de opressão perpassam as classes, se acumulando nas camadas mais pobres, de acordo com a etnia e excluídas, mas sem desaparecer a classe dominante. As mulheres privilegiadas ainda sofrem com opressões, funções distintas, salários menores, objetificação e rótulos. As diferenças continuam



ressaltadas e reforçadas na sociedade, a fim de manter o domínio (COLLING, 2000; SERRO, 2010, HOOKS, 2013).

Paulo Freire (1997) explica e retoma seus escritos a partir de críticas que recebeu, uma delas sobre linguagem sexista. “Falar um pouco da linguagem, do gosto das metáforas, da marca machista com que escrevi *Pedagogia do Oprimido* e, antes dela, *Educação como Prática da Liberdade*, me parece não só importante, mas necessário” (FREIRE, 1997, p. 34).

Já consagrado, Freire assume a linguagem machista que marca todo o livro e sua dívida com as muitas mulheres que lhe enviaram cartas alguns meses depois do lançamento do livro em Nova York, entre o fim de 1970 e início de 1971.

Sobre as cartas, Freire (1997) relata que traziam comentários positivos sobre a contribuição às lutas dos oprimidos, contudo, apontavam uma grande contradição. “Discutindo a opressão, a libertação, criticando com justa indignação, as estruturas opressoras, eu usava, porém, uma linguagem machista, portanto discriminatória, em que não havia lugar para as mulheres” (FREIRE, 1997, p. 35). A naturalização do uso genérico da palavra homem, excluía as mulheres, e estava condicionado pela ideologia autoritária machista. A princípio a reação de Freire, segundo ele mesmo, foi: “Ora, quando falo homem, a mulher está incluída”, mas depois, se questiona:

Por que os homens não se acham incluídos quando dizemos: “As mulheres estão decididas a mudar o mundo”? Nenhum homem se acharia incluído no discurso de nenhum orador ou no texto de nenhum autor que escrevesse: “As mulheres estão decididas a mudar o mundo” (FREIRE, 1997, p. 35).

E continua, se em um auditório cheio de mulheres e com 2 ou 3 homens, ele falasse “Todas vocês deveriam”, certamente a frase seria tida como um erro de sintaxe ou brincadeira. Para Freire, a única explicação é ideológica e não gramatical, por isso, a partir dessa visão, ele passa a usar sempre homens e mulheres, mulheres e homens ou seres humanos, nunca homem de maneira genérica.

E não se diga que este é um problema menor porque na verdade, é um problema maior. Não se diga que, sendo fundamental a mudança do mundo malvado, sua recriação, no sentido de fazê-lo menos perverso, a discussão em torno da superação da fala machista é de menor importância, sobretudo porque mulher não é classe social. A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa. (FREIRE, 1997, p. 35).



Para Freire, não utilizar a ideologia e a linguagem colonial é ser coerente com o que pensa e apregoa e faz parte do sonho de mudança do mundo, porque “mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória” (FREIRE, 1997, p. 36).

Bell Hooks é influenciada pelos escritos de Paulo Freire, mas a autora é lúcida, crítica e angustiada a respeito da linguagem sexista, branca e da construção falocêntrica da libertação (não só dele, mas como de outros grandes escritores) – “onde a liberdade e a experiência da masculinidade patriarcal estão ligadas como se fossem a mesma coisa”. Para Hooks, este é “um ponto cego na visão de homens que têm uma percepção profunda” (HOOKS, 2013, p. 69-70). Ainda assim, a autora afirma que isso não deve ser impedimento para ler estes mesmos homens e que “o próprio modelo de pedagogia crítica de Freire acolhe o questionamento crítico desta falha na obra. Mas questionamento crítico não é rejeição” (HOOKS, 2013, p. 70).

Como menina negra criada em terras rurais, Hooks encontra na obra de Paulo Freire identificação com os camponeses brasileiros e com o movimento de ser objeto e tornar-se protagonista. Essa transição de objeto para sujeito é fundamento e protagonismo necessário para a Teoria Crítica, a Pedagogia Crítica e, conseqüentemente, para a CCI.

É preciso atentar para duas sutilezas agregadas no termo indivíduo. A primeira é que o sujeito não é individualista, subsumido à ideologia que aparta para enfraquecer o ato de ser realmente sujeito, porque só se é sujeito ante a percepção de que mudanças sociais só são possíveis coletivamente, mas com respeito às diversidades e singularidades. A segunda é um incômodo causado pela palavra sujeito, em função da compreensão de que, semanticamente e historicamente, homens são sujeitos da história e mulheres sujeitas a seus destinos, grifando a naturalização do uso dos termos sujeito e sujeita.

Grifa-se aqui que o uso dos termos sujeito ou sujeita nesta pesquisa significa aquele ou aquela que se torna sujeito da ação, da sua história e da sua própria vida.

Hooks chama atenção para “o impacto da raça e da classe social como fatores que moldam a identidade feminina”, todavia, lembra que as lutas feministas iniciais não acolhiam as subjetividades das mulheres negras nem sua luta radical” (HOOKS, 2013, p. 75).

Leyde Klebia Silva (2019, p. 113) aponta que “numa sociedade machista e racista como a brasileira, ser mulher negra é receber dupla carga de preconceito. Mesmo que pareça reles



a afirmação, a mulher negra é vitimada socialmente pelo somatório da cor e do sexo, sendo, pois, duplamente discriminada”. Por sua vez, Sueli Carneiro (2003, p. 119) afirma que

grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso.

Contemporaneamente o movimento de mulheres negras,

ao abordar esses vários vieses (gênero e raça), promove a integração das lutas alçadas tanto pelo movimento negro, quanto pelo de mulheres do país, ‘enegrecendo’ as reivindicações das mulheres e promovendo a feminização também das reivindicações do movimento negro” (SILVA, 2019, p. 105).

Djamila Ribeiro, ao escrever o prefácio brasileiro do livro “Mulheres, raça e classe”, de Angela Davis, indica a obra como “fundamental para se entender as nuances das opressões” (RIBEIRO, 2016, p. 19), por começar com a abordagem de como a mulher negra foi desumanizada pela escravidão. Segundo a autora, é impossível pensar em um projeto de nação sem considerar a centralidade da questão racial. É preciso considerar a intersecção de raça, classe e gênero, para possibilitar um novo modelo de sociedade (RIBEIRO, 2016).

Melo (2019, p. 63) afirma a importância das organizações civis de mulheres negras como “espaços políticos e de resistência contra várias formas de opressão da sociedade, tais como racismo, sexismo, heterossexismo, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras”.

Durante muito tempo, as ciências naturais foram utilizadas para a construção do conceito de gênero, associando-o aos aspectos biológicos (sexo) e sociais (gênero), sem considerar que as duas perspectivas estão social e historicamente imbricadas. Também é histórica e social a incidência das hierarquias e estruturas de poder sobre as questões sexualidade e gênero. Por isso é preciso desconstruir criticamente os preconceitos que ditam a hierarquia entre gêneros. Romeiro (2019) assim descreveu:

No texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1995), a autora diz que existem algumas categorias que descrevem o gênero na sociedade e estas se apresentam como: a) o gênero como um sinônimo de mulher (utilizado como um eufemismo para abordar os estudos feministas em uma perspectiva política); e, b) o gênero como sinônimo da relação homem x mulher (pauta-se na existência de uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, que diferencia o corpo, o sexo e os aspectos



socioculturais da história do gênero). Apesar de considerarmos o gênero como um conceito mais amplo e complexo que estas categorias, acreditamos que elas são fundamentais para entender o gênero enquanto um instrumento de análise que rompe com a dicotomia “sexo x gênero” considerando também aspectos como classe e raça/etnia. (ROMEIRO, 2019, p. 42-43).

Bell Hooks (2000, p. 1 *apud* DOYLE, 2021, p. 91) sintetiza o significado de feminismo “é o movimento para acabar com o sexismo, com a exploração e opressão sexista”. A autora também compreende que as raízes do sexismo estão em todos nós

Para acabar com o patriarcado (um outro nome para a exploração sexista institucionalizada), precisamos deixar evidente que todas e todos, continuaremos a perpetuar o sexismo até mudarmos nossas mentes e corações, até superarmos pensamentos e ações sexistas e conseguirmos substituí-los por pensamentos e ações feministas (HOOKS, 2000, p. ix, *apud* DOYLE, 2021, p. 91).

Ao se pensar na falta de representatividade histórica da mulher, recorre-se à Daniella Alves de Melo (2019), de maneira muito resumida. Melo não utiliza a divisão do feminismo em ondas, aderindo às críticas de que esta divisão não representa as lutas das mulheres negras, preferindo uma abordagem histórica. Destaque-se o texto “mulheres se dirigiram ao Senado Romano para protestar contra sua exclusão dos transportes públicos, visto que eram obrigadas a se deslocarem andando em Roma” (MELO, 2019, p. 21). A reação do senador romano Márcio Pórcio Catão foi se preocupar com a manutenção da docilidade e exclusão das mulheres a fim de não ameaçar o domínio dos homens. Esta mesma perspectiva é encontrada em Aristóteles (1991, p. 13) “em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea: a espécie humana não é exceção”.

Segundo Melo (2019, p. 22), durante o feudalismo e a Idade Média a mulher conquistou participação política e acesso a muitas profissões, mas sem prestígio social, o que culminou em perseguições religiosas e sociais. No período renascentista, perderam estes espaços e os direitos civis das mulheres diminuíram; atividades profissionais e ou de status passaram a ser exclusivas dos homens e elas não podiam gerir heranças, bens ou apresentarem-se juridicamente.

O pensamento determinista e positivista eurocêntrico inscreveu o homem dominador da Terra, superior às demais criaturas, incluindo outros humanos, e deveriam “civilizar o mundo”, impondo a noção ocidental às outras sociedades. Dessa maneira, “o homem”



adquire o caráter universal de categoria e inclui a mulher na categoria outros, assim como os negros que escraviza e outras etnias que dizima ou “civiliza”, reforçando e naturalizando o patriarcado. A naturalização hegemônica do que é “ser mulher” e dos papéis que cabem a ela, não nasce nesta época, mas é reforçada nela. Simone de Beauvoir (1967, 1970) rechaça esse conceito mais tarde.

Assim, atribui-se o fortalecimento do feminismo a alguns acontecimentos do século XX. Acontecimentos sucessivos que foram tirando as mulheres das sombras: (1) o movimento sufragista, iniciado em 1897, na Inglaterra, que refletia mais os interesses das mulheres brancas da classe média, e que só conseguiu o direito ao voto em 1918, ano do fim da Primeira Guerra Mundial; (2) duas Guerras Mundiais, que levaram as mulheres para o *front* e para os postos de trabalho, deixados vagos pelos homens que foram lutar, deixando as mulheres que também participaram das reconstruções em posição de não aceitarem retornar para as suas posições subalternas e desprestigiadas; (3) além de outras que, sem homens, precisaram assumir suas vidas (LEVI,2007).

De acordo com Melo (2019), o movimento político das mulheres perdeu força entre os anos 1930 e 1960, apesar da Segunda Guerra Mundial. No pós-guerra, em muitos países, principalmente nos vencedores, os homens retomaram suas posições e reforçaram o lugar doméstico das mulheres, as “gloriosas rainhas do lar”, mães dos *babies boomers*<sup>2</sup>. Neste mesmo período, Simone de Beauvoir escreve seu livro “O segundo sexo” – “Volume I – fatos e mitos” e “Volume II – a experiência vivida” (publicados em 1949). No livro, Beauvoir (1970) coloca em xeque o papel naturalizado do “ser mulher”, e conseqüentemente dos estereótipos de gênero. Afirma que o conceito foi construído histórica e socialmente e não é natural ou biologicamente determinado. A autora sublinha a construção e mito do patriarcado e do enquadramento da mulher à vontade e ótica masculina, de acordo com o seu poder e vontade/desejo. Abrindo o segundo volume está uma das máximas que reforça o movimento feminista:

**Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.** Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é,

---

<sup>2</sup> *Baby boomers* são as pessoas nascidas entre 1946 e 1964. A Europa, Canadá e Estados Unidos experimentaram no período pós-guerra um aumento súbito da natalidade conhecida como *baby boom*.



primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais, que apreendem o universo (BEAUVOIR, 1967, p. 9, grifo nosso).

Silva (2019) recorda que o movimento negro brasileiro adotou estratégias mais politizadas, denúncias de racismo e consenso de que raça é um conceito organizador das relações sociais. Contudo, a autora sublinha que, somente a partir dos anos 2000 começa a ser implementada a adoção de políticas públicas que combatem o preconceito, discriminação e racismo e a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino.

A respeito do patriarcado, Nathália Lima Romeiro (2019) recorre à Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti e Pierre Bourdieu para explicar a violência e a dominação masculina. A autora posiciona o *locus* de opressão, que põe o homem como sujeito de “privilegios”, ao escrever “elencamos, como sujeito central desses privilégios no mundo ocidental, o homem branco, cisgênero, heterossexual e de situação econômica abastada (classe média e ricos). Identificamos estes como os principais (não exclusivos) atores e opressores do patriarcado” (ROMEIRO, 2019, p.25). Associa a violência contra a mulher como reflexo cultural da dominação patriarcal e aborda a noção socialmente normalizada de poder que o patriarca tem em relação à mulher, o direito de posse que confere o uso dos seus corpos como bem entender, afiliado ao “conceito de dominação masculina, que diz respeito a um tipo de violência simbólica naturalizada socialmente, na qual suas vítimas por vezes sequer sabem que as vivenciam” (ROMEIRO, 2019, p. 25).

Neste sentido, compreendemos a dominação masculina como uma violência simbólica que também pode ser vivenciada nos comportamentos sexuais, sobretudo nas situações que a mulher está submissa diante do homem. Essa opressão do masculino ante o feminino é exposta também nos escritos de Beauvoir (2014). Para a autora, a mulher é lida socialmente como o segundo sexo e há uma distinção óbvia entre homens e mulheres, o primeiro visto como superior e a segunda como o Outro. (ROMEIRO, 2019, p. 26)

Romeiro (2019) considera que a Constituição de 1988 é uma constituição revolucionária por humanizar e visibilizar a diversidade e ampliar os direitos das mulheres, das crianças, de idosas e idosos, das comunidades tradicionais brasileiras e das pessoas com deficiência. Contudo, aponta que apenas a partir de 2002 é que efetivamente ocorreram mudanças legislativas relacionadas aos crimes sexuais. A autora traça a trajetória das leis



brasileiras, que ao longo da história, estiveram preponderantemente atreladas ao patriarcado. Do Brasil Colônia aos dias de hoje, a autora revisa as leis relacionadas à violência sexual, mulher e sexualidade.

A respeito da violência contra a mulher, Viola (2018 p. 23) defende que “por se encontrarem sempre entre dominação e resistência em sua jornada cotidiana, o conhecimento de seus direitos e o desenvolvimento de sua competência em informação se tornam fatores indispensáveis para o combate à discriminação e maus-tratos”. Assim, entende-se que não somente a Competência em Informação (Coinfo) é fundamental para o combate aos maus-tratos, mas principalmente a criticidade em relação às informações e naturalizações que recaem sobre ela.

A mulher que desenvolve sua CCI, também se desenvolve como sujeita de sua história. Entretanto, compreende-se que a questão não é somente o desenvolvimento da crítica e também da CCI, na mulher, mas também nos homens, com a tomada de consciência de que a opressão imposta pelo patriarcado justifica e naturaliza a violência da sociedade como um todo, para que, através de uma consciência crítica, não seja mais tolerável qualquer violência, maus tratos ou abusos contra as mulheres ou pessoa LGBTQI+, baseados na discriminação e subalternidade.

Mais do que apenas compreender a opressão e violência, a perspectiva da interseccionalidade e do lugar de fala, deve perpassar criticamente pelos estudos críticos e pela CCI.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 117 *apud* ROMEIRO, 2019, p. 35-36).

E preciso pensar, como Melo (2019), na CCI como um meio de fomentar a emancipação das mulheres e seu empoderamento, reforçando e valorizando sua identidade, proporcionando conhecimento em saúde reprodutiva e direito sexual/reprodutivo, capacitar liderança de grupos de mulheres, ampliando e fortalecendo a atuação política destes grupos



para que lutem por suas demandas. Melo (2019, p. 76), através da análise temática de conteúdo consegue “entender a construção da Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres e observar sua utilização nos processos diários de enfrentamento das relações de poder”. A autora destaca pontos de convergência com a CCI presentes nos discursos das mulheres entrevistadas. São eles: aprendizado ao longo da vida, subdividido em questionamento das necessidades informacionais, uso de espaços informacionais alternativos, senso crítico informacional e contribuições para o enfrentamento diário, subdividido em fortalecimento mútuo e uso da informação construída (MELO, 2019).

A autora segue seu pensamento crítico explicando que “a Competência Crítica em Informação, por sua vez, tem a ver com o posicionamento do sujeito frente a informação que lhe é imposta, portanto, diz respeito aos enfrentamentos diários desses sujeitos, podendo ser vista, então, como uma postura contra ideologias” (MELO, 2019, p. 95).

Para Costa, Alves e Silva (2018, p. 410)

uma Competência Crítica em Informação permite que as mulheres selecionem e identifiquem informações específicas e relevantes, que podem proporcionar a compreensão de inúmeros aspectos que envolvem sua percepção enquanto mulher e seu lugar na sociedade na qual se insere.

Assim, a Competência Crítica em Informação se apresenta como fator fundamental de luta e não como mera ferramenta. Esse fator-chave de resistência contribui para a evolução e o desenvolvimento humano das mulheres. A ferramenta aponta o caminho, mas são os elementos fundacionais teóricos-críticos da CCI e das questões de gênero e feminismos que permitem o debate contundente contra todo o montante situacional que aflige a vida das mulheres.

É através da CCI que as mulheres questionam as relações de poder, se empoderam nos seus lugares de sujeitas e não de subalternas, através do pensamento, conhecimento e comportamento críticos, se colocando em posição de luta e resistência, a partir da criticidade e da informação.

Avulta-se a importância de espaços informacionais alternativos como terrenos caros de construção, fomento e de notabilidade da CCI para o empoderamento, fortalecimento e embasamento dos argumentos sobre gênero e feminismos, bem como, para a emancipação e transformação social que diluam as naturalizações e culturas que oprimem as mulheres. Em vista disso, dá-se seguimento para as considerações finais.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como coloca Freire (1996, p. 39), “faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

Sob a determinação, coincidente com a freiriana e, portanto, da CCI, de rejeitar os preconceitos, encontra-se a abertura para as semelhanças e não para as diferenças, evidenciada no texto de um aluno de Bell Hooks, uma vontade, um sonho, que rompe a expectativa geral de que, para os acadêmicos, importam mais as diferenças. O aluno declara que a autora-professora o ensinou “principalmente sobre as semelhanças, sobre o que eu, como negro, tenho em comum com as pessoas de cor, com as mulheres, os gays, as lésbicas, os pobres e qualquer outro que queira entrar” (HOOKS, 2013, p. 33).

A hegemonia que está presente na informação e que se reflete nas distinções de gênero e feminismos, com tendências a reforçar e consolidar as binaridades, papéis, performances e posição na sociedade, mantém as opressões. Nesse sentido, a informação não é neutra. Contudo, é através da resistência e luta destes corpos, não sem dor, que vai se formando, ainda que lentamente, uma nova maneira de pensar, uma nova hegemonia.

Em consonância com Freire, é preciso abraçar a diversidade, mais ainda as características singulares (não individualistas) de cada sujeito. Freire (2000) afirma que a mudança faz parte da experiência cultural e é preciso entendê-la, compreendê-la, na ou nas suas razões de ser. Para ele “uma educação crítica, radical, não pode jamais prescindir da percepção lúcida da mudança que inclusive revela a presença interveniente do ser humano no mundo”. Desta percepção lúcida advém a nossa posição política e ideológica.

Através do pensamento crítico, do desenvolvimento da percepção de gênero e feminismos da nona dimensão da CCI, a relação com a informação se transforma, transformando também as atitudes e as demandas por mais informação e desenvolvimento humano. Assim, as mulheres vitimadas pela opressão (ou pelo acúmulo delas) têm através do aprimoramento da CCI, o reconhecimento do seu lugar no mundo, promovendo o empoderamento de seus grupos e fortalecendo suas lutas.

Quando se pensa no desenvolvimento da CCI no concernente a um grupo e também no empoderamento deste grupo, facilita-se os avanços da transformação social. Sob esta perspectiva, a CCI, ao transformar a relação com a informação, propicia a transformação das



mulheres, dos grupos de mulheres e, por fim, da sociedade de mulheres e homens, cumprindo o papel a que se propõe.

O estudo da CCI em gênero e feminismos, apresentado neste artigo, não esgota o tema, e sim apresenta novas propostas para serem somadas em pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Fragmentos Filosóficos. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 254 p.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. **Matrizes**, v. 14, n. 1, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3xoMg7B>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo I: Fatos e Mitos**. 4. ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. 4. ed. Tradução: Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRISOLA, Anna Cristina C. de A. S. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. Orientador: Marco André Feldman Schneider. 2021. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, UFRJ/IBICT, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/39hA3cU>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRISOLA, Anna Cristina C. de A. S.; SCHNEIDER, Marco André Feldman; SILVA JUNIOR, Jobson F. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18. **Anais eletrônicos...** Marília: UNESP, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, São Paulo, 2003.

COLLING, Ana Maria. **A construção da cidadania da mulher brasileira**: a questão da igualdade e da diferença. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

COSTA, Fernanda C. da Silva; ALVES, Daniella; SILVA, Laelson Felipe da. Competência crítica em informação e empoderamento de mulheres: revisando e entrelaçando conceitos. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (org.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. 1. ed. Florianópolis: ACB, 2018. v. 1, p. 397-418.



DOYLE, Andréa. **Competências em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero**: práticas de ensino críticas. Orientadora: Gilda Olinto de Oliveira. 2021. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, UFRJ/IBICT, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3xLXQLx>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEVI, Joseph Abraham. Estudos de Mulher e de Gênero nos Estados Unidos da América. Séculos XIX-XXI: Temáticas e Abordagens. **Campus Social**, 2007, 4, 63-76.

MELO, Daniella Alves de. **Práticas informacionais e a construção da competência crítica em Informação**: um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. Orientador: Edvaldo Carvalho Alves. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

OLINTO, Gilda. **Reprodução de classe e produção de gênero através da Cultura**. Orientador: Aldo Albuquerque Barreto. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ.1993.

RIBEIRO, Djamila. Prefácio. *In*: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 2016.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Vamos fazer um escândalo**: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil. 2019. 168 f. Orientador: Arthur Coelho Bezerra. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, UFRJ/IBICT. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3MHYg9T>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva da Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SCHNEIDER, Marco André Feldman. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco André Feldman; PIMENTA, Ricardo; SALDANHA, Gustavo (org.). **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.



SERRO, Divina Aparecida Caumo. **A mulher no mundo do trabalho**: peculiaridades, conquistas e perspectivas. Dissertação (mestrado). Orientação: Darcísio Corrêa, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Ijuí, 2010.

SILVA, Franciéle C. Garcês da.; ROMEIRO, Nathália Lima. **Selo Nyota**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/sobre>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. BAMIDELÊ: trajetória histórica informacional da organização das mulheres negras da Paraíba. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Mulheres negras na Biblioteconomia**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. p. 105-142.

TORRE, Bruna Della. A escola de frankfurt e as mulheres ou, por uma teoria crítica feminista. **Marxismo Feminista**, 14 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3zwR5yw>. Acesso em: 11 jun. 2022.

VIOLA, Carla Maria Martellote. **Informação, transparência e política**: reflexões sobre a mulher brasileira na Câmara dos Deputados. Orientador: Marco André Feldman Schneider. 2018. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, UFRJ/IBICT, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3zyHjMg>. Acesso em: 11 jun. 2022.